

REFLEXOS DO BIPARTIDARISMO NA POLÍTICA MUNICIPAL: NOVA IGUAÇUAllofs Daniel Batista¹**RESUMO**

A proposta deste artigo é apontar um caminho para o debate da política municipal no período da ditadura militar. Conhecer o campo político das cidades durante o regime de exceção pode ajudar a compreender os desdobramentos da vida política a partir do golpe de 1964 e avaliar os horizontes de políticos que atuaram durante o regime. Para isto é preciso conhecer suas origens sociais, profissionais e políticas, retomando inclusive o período anterior ao golpe. Elencamos Nova Iguaçu, uma cidade de grande porte na região metropolitana fluminense, devido a sua atividade política com intensa movimentação, tanto no legislativo como no executivo.

Palavras-chave: campo político; bipartidarismo; Nova Iguaçu.

ABSTRACT

The purpose of this article is to point out a path for the discussion of municipal politics during the military dictatorship. Knowing the political field of the cities during the authoritarian regime can help you understand the ramifications of political life from the 1964 *coup d'état*, and evaluate the political horizons that served during the regime. To this, we must meet their social, professional and political backgrounds, including retaking the period before the coup. We listed Nova Iguaçu, a large city in the Fluminense metropolitan area, due to its political activity with intense movement, both in the legislative and the executive.

Keywords: political field; bipartisanship; Nova Iguaçu.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO). Atualmente, é Gestor do Centro de Memória de Nova Iguaçu (CeMeNI).

INTRODUÇÃO

A vida política brasileira no período da ditadura militar geralmente é simplificada, de forma a parecer que após 1964 o país tivesse ingressado numa inércia no que concerne às práticas políticas. A sucessão de presidentes militares com eleições indiretas e a supressão de poderes políticos de adversários ao regime, fechamento de partidos políticos para implantação de um bipartidarismo artificial e as sucessivas alterações nas regras eleitorais dão a tônica desse período. No entanto nada pode ser mais distante da verdade, posto que nem mesmo os militares buscassem extinguir o sistema político que os precedeu, antes visaram moldá-lo para atender às suas demandas, dando sustentabilidade e legitimidade institucional ao regime.

Quando não se anula a vida política cometem-se outras simplificações, abordando apenas as esferas do legislativo federal, executivos estaduais, sobretudo dos estados mais ricos, e os ministérios. Toda a política realizada nas cidades, com poucas exceções, é ignorada por significativa parte da literatura sobre o período, fazendo assim parecer que o campo político de cidades pequenas e médias, e mesmo de grandes cidades, estivessem placidamente anulados.

Neste artigo pretendemos abordar a política municipal em uma cidade grande, com mais de 500 mil habitantes já em 1964, da região metropolitana fluminense. Nova Iguaçu nos serve de exemplo de como as disputas, estratégias e objetivos na vida política do período pós-1964 foram tão acirradas, ou mais, que nos contextos que são considerados de normalidade institucional democrática.

O recorte temporal é o período entre 1962 e 1979, devido ao enquadramento dos personagens políticos abordados e às fontes. São consultados os relatos orais dos personagens elencados e também fonte jornalística, notadamente o Correio da Lavoura, devido à disponibilidade de corpo documental íntegro para pesquisa. Especialmente determinamos o município de Nova Iguaçu, por sua importância no espectro político fluminense, mas, sobre tudo, por ser a maior cidade do Estado do Rio de Janeiro no período entre 1960 e 1975 (BATISTA,2014), quando coexistiram os estados do Rio de Janeiro, com capital em Niterói, e da Guanabara (MOTTA, 1997).

POLÍTICA MUNICIPAL E A DITADURA

Como era de se esperar, o estabelecimento do bipartidarismo prescrito no Ato Institucional nº 2 causou muitas alterações no quadro político institucional iguaçuano, como de resto também o fizera em todo o Brasil.

O quadro a seguir é um instantâneo dos líderes de cada partido naquele momento. Podemos perceber que deputados com mandatos ainda da fase pluripartidária tomaram a frente de seus respectivos partidos no novo sistema.

Quadro 1: Composição das diretorias dos diretórios municipais (ARENA e MDB) em 1966.

ARENA		
Presidente	José Haddad (ex-PSD)	Deputado Federal
Vice-presidente	Walter Faria Paxeco (ex-PTB)	Deputado Estadual
Secretário	Ronald Cardoso Alexandrino	-
MDB		
Presidente	Edésio da Cruz Nunes (ex-PTB)	Deputado Federal
Vice-presidente	Ary Schiavo (ex-PST)	Deputado Estadual
Secretário	Zorli Martins.	Deputado Estadual

Fonte: Correio da Lavoura, edição 2.555.

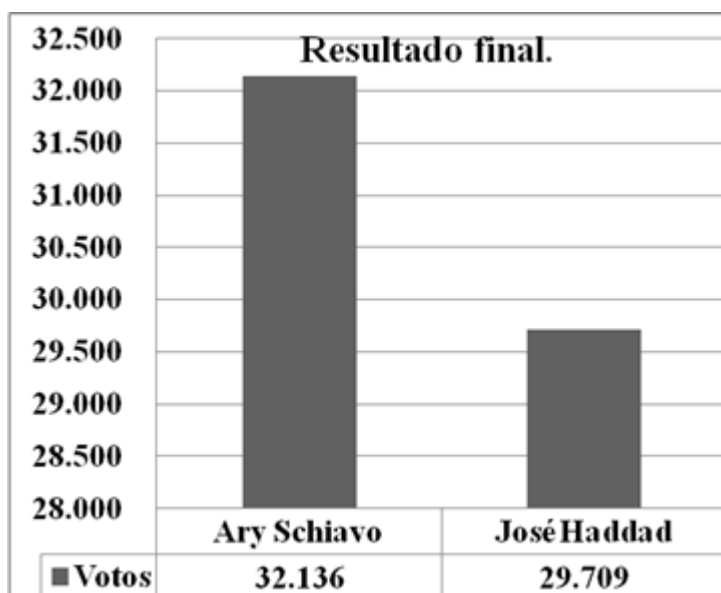
O Movimento Democrático Brasileiro em Nova Iguaçu contava com duas forças políticas que estavam em franca campanha para o pleito de 1966 há mais de um ano e meio. O deputado federal Edésio da Cruz Nunes, PTB, que pretendia se candidatar ao governo do Estado do Rio de Janeiro, e o deputado estadual pelo PST, Ary Schiavo. O segundo empreendera campanha pelo município e contava com aberto apoio do Correio da Lavoura, como poderemos discutir adiante.

Tanto Ary Schiavo como Edésio da Cruz Nunes eram pré-candidatos em franca campanha pelo município e por todo estado do Rio de Janeiro desde muito tempo antes do estabelecimento do novo sistema partidário. Os deputados compareciam em

eventos e inaugurações no território fluminense buscando fortalecer suas posições políticas e as alianças que seriam necessárias numa candidatura de Edésio ao governo do estado. Eles conseguiram articular em torno de si um grupo político que já estava aliado previamente, gerando com isto alguma força e coerência interna.

Basta para isto dizer que Ary bateu seu adversário no pleito de novembro de 1966. Mesmo recebendo franco apoio da esfera federal e principalmente estadual, José Haddad não viu sua candidatura superar a do emedebista, perdendo por margem de 3,93%, uma diferença de 2.427 votos de um total de 61.845 que foram depositados nas urnas iguaçuanas em 1966.

Gráfico 1: Votação dos candidatos a Prefeito de Nova Iguaçu – 1966.



Fonte: Apuração dos votos divulgada no Correio da Lavoura em 27 de novembro de 1966.

O Correio da Lavoura fazia uma cobertura de todo o processo de apuração dos votos, de onde é possível conhecer alguns detalhes. Além dos mais votados para prefeito, podemos conhecer o resultado das urnas para os diversos postos legislativos. O certame teve os seguintes candidatos em campanha nesta cidade:

Quadro 2: Candidaturas da ARENA para Campanha eleitoral de 1966.

ARENA		
Cargo	Candidato	Nº
Senador	Paulo Tôrres	-
Prefeito	José Haddad	-
Deputado Estadual	Raul Silva Júnior	1018
Deputado Estadual	Ronald Cardoso Alexandrino	1097
Deputado Estadual	Salustiano de Brito Cunha	1073
Deputado Estadual	João Luiz do Nascimento	1068
Deputado Estadual	Jorge Lima	1096
Deputado Estadual	Valcyr de Almeida	1006
Deputado Federal	Miguel Couto	130
Deputado Federal	Paulo Biar	105
Deputado Federal	Daso Coimbra	-
Deputado Federal	Lucas Figueiras	126
Deputado Federal	Mario Pedrosa Lins	113
Deputado Federal	Lourival Ribeiro	111
Deputado Federal	Luiz Braz	106

Fonte: Correio da Lavoura, diversas edições.

Quadro 3: Candidaturas do MDB para Campanha eleitoral de 1966

MDB		
Cargo	Candidato	Nº
Senador	Augusto de Gregório	-
Prefeito	Ary Schiavo	-
Deputado Estadual	Zorly Martins	2018
Deputado Estadual	José Montes Paixão	2056
Deputado Estadual	Antônio Mota	2108
Deputado Estadual	Rodolpho Quaresma	2013
Deputado Estadual	Adjovaldo Silveira	2051
Deputado Estadual	Darcílio Ayres Raunheitti	2067
Deputado Federal	Adecard Aguiar	2019
Deputado Federal	Antônio Gaspar	2017
Deputado Federal	José Jorge	-

Deputado Federal	Edésio da Cruz Nunes	226
Deputado Federal	Getúlio Barbosa de Moura	220
Deputado Federal	Saturnino Braga	-
Deputado Federal	Ario Theodoro	-
Deputado Federal	José Maria Ribeiro	-
Deputado Federal	Glênio Peçanha	-

Fonte: Correio da Lavoura, diversas edições.

Destacamos que nem todos estes candidatos são políticos iguaçuanos, como são os casos notórios de Saturnino Braga do MDB e Miguel Couto pela ARENA, ambos candidatos a deputado federal. O mesmo ocorre com os candidatos ao senado, sendo o da *Aliança Renovadora Nacional* o ex-interventor do Estado do Rio de Janeiro, *Capitão Paulo Tôrres*. Certamente, também, não são todos os candidatos fluminenses aos cargos de deputado tanto estadual como federal, mas são aqueles que foram sufragados neste município. Mas foi verificada uma superioridade de votos nos políticos naturais ou radicados em Nova Iguaçu, algo importante de ser observado.

Cumpramos ressaltar que nesta oportunidade não se utilizaram das sublegendas. Ainda assim, como já é amplamente reconhecida pela historiografia, a composição dos partidos era algo complexo durante o bipartidarismo. Sobre a composição dos partidos neste primeiro teste eleitoral após o estabelecimento do novo regime político e seu sistema bipartidário, a explicação de um candidato parece ser bastante eloquente. Na sua propaganda política Rodolpho Quaresma (MDB) afirma que:

O valor das siglas partidárias, mais do que nunca, está nos homens que as representam.

Conscientemente, **sabemos que neste 15 de novembro o partido político não tem significação.**

Não têm eles plataforma ideológica. Organizados no alvoroço de uma redemocratização, trazem no seu bojo apenas o valor ou desvalor de cada candidato.² [Os grifos meus].

O artificialismo dos partidos já era observado mesmo antes, sempre por membros da oposição. Poucos dias antes do estabelecimento das seções regionais do

² QUARESMA, Rodolpho. *A hora é esta!*. **Correio da Lavoura**, 13 de novembro de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p. 9.

MDB e da ARENA em Nova Iguaçu, Edson Fonseca Labuto exprime as seguintes considerações sobre o novo regime partidário:

Como se sabe, a ARENA e o MDB não são partidos políticos, mas 'organizações com atribuições de partidos políticos', consoante o que dispõe o Ato Complementar n. 4. Trata-se de solução transitória. Os partidos políticos, que serão dois ou três ou quatro, estruturar-se-ão em 1967, conforme artigo do aludido AC-4, nos termos dos estatutos dos Partidos, que vigerão novamente.³

Parece que uma das estratégias das campanhas do MDB, ou destes emedebistas em particular, era desmoralizar o sistema eleitoral imposto através da denúncia de falta de plataforma ideológica que ambos possuíam.

Essa inconsistência ideológica ou institucional pode ser verificada na comparação que se faz dos políticos quanto aos partidos aos quais eles estiveram filiados no imediato pré-1964 com suas opções no bipartidarismo no pleito de 1966.

Quadro 4: Filiação partidária dos políticos iguaçuanos no multipartidarismo e no bipartidarismo - 1962/1966.

Políticos iguaçuanos	1962	1966
Adecard Aguiar	PR	MDB
Adjovaldo Silveira	PSP	MDB
Antonio Gaspar	PTB	MDB
Ario Wolz Teodoro	PTB	MDB
Ary Schiavo	PST	MDB
Darcílio Ayres Raunheitti	UDN	MDB
Daso de Oliveira Coimbra	PSD	ARENA
Edésio da Cruz Nunes	PTB	MDB
Getúlio Barbosa de Moura	PSD	MDB
Jorge Lima	PSD	ARENA
Jorge Sessim David	UDN	ARENA
José Haddad	PSD	ARENA
José Jorge	PDC	MDB

³ SÔBRE POLÍTICA municipal. **Correio da Lavoura**, 01 de maio de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p. 9.

José Montes Paixão	PSD	MDB
Luiz Guimarães	UDN	ARENA
Mário Guimarães	UDN	ARENA
Ronald Cardoso Alexandrino	UDN	ARENA
Sérgio Gaspar	PR	ARENA
Valcyr de Almeida	PDC	ARENA
Zorly Martins	PTB	MDB

Lembrando a questão das sublegendas, Ary Schiavo chegou a declarar o seu agradecimento ao deputado José Montes Paixão, que, além de abrir mão de concorrer no mesmo pleito pela legenda da oposição em Nova Iguaçu, abraçara firmemente a campanha de Schiavo, que passara há pouco tempo a ser seu companheiro de partido. Uma prova da conquista de uma unidade do MDB iguaçuano naquele momento. O mesmo se verificou então na candidatura de José Haddad pela ARENA.

A política iguaçuana nos anos anteriores ao golpe é relatada por diversas vezes como uma disputa entre caciques políticos. Notórios, dentre os demais personagens iguaçuanos, estiveram dois antagonistas, Getúlio Barbosa de Moura e Mário Guimarães. Os dois chefes políticos são considerados, por diversos motivos, os divisores da política em nível local. Entrevistados e as fontes jornalísticas consultadas mencionam o confronto existente entre estes dois políticos, reputando ao antagonismo configurado entre eles o divisor político que acabava constituindo a política da cidade em getulistas e maristas.

Nossa opinião é que a afiliação de políticos já em atividade no pré-1964 esteve ligada às alianças constituídas com estes dois atores preponderantes no cenário político iguaçuano desde a década de 1930. Após a decisão de Mário Guimarães, ex-UDN, de filiar-se à ARENA e de Getúlio Barbosa de Moura, ex-PSD, de alinhar-se no MDB, houve a conformação dos demais políticos conforme suas lealdades para com cada um destes caciques locais.

Notamos, no entanto, que as lideranças tradicionais estavam abaladas e novos atores passavam a assomar este espaço. É o caso de Edésio da Cruz Nunes. O político petebista não possuía carreira política na Câmara Municipal e debutou em Nova

Iguaçu como candidato a deputado federal, sendo eleito em 1962. Edésio será considerado como uma liderança de expressão no MDB, tornando-se o primeiro presidente no diretório iguaçuano⁴, em seção eleitoral na qual Getúlio de Moura retirara-se com seus correligionários⁵. Getúlio de Moura tinha pretensão de lançar José Montes Paixão a prefeito, um afilhado político seu. No entanto o grupo de políticos de origem nos partidos trabalhistas liderados por Edésio Cruz do PTB e Ary Schiavo do PST constituiu uma aliança para vencer o velho pessedista. Getúlio de Moura, apesar de ver seu projeto derrotado, deu provas de sua força política e liderança na cidade, sendo o deputado federal mais votado, com 17.861 votos contra 9.712 de Edésio da Cruz, segundo mais votado.

Tornaremos a discutir estes aspectos do campo político iguaçuano adiante. Por hora nos basta, para dar prosseguimento na narrativa dos fatos políticos, a informação já mencionada de que o MDB saíra vencedor nas eleições de 1966. Além de Ary Schiavo a legenda de oposição faria doze dos dezenove vereadores municipais.

Ao tomar assento na chefia do executivo municipal Ary Schiavo podia mesmo considerar que gozasse de uma governabilidade bastante confortável. Sua posse foi noticiada como uma “Espontânea e consagradora manifestação popular” na qual sua condução se dera nos braços do povo.

Um dia antes, foi realizada a instalação da nova Câmara Municipal. A cerimônia, além de juramento e posse, foi seguida da eleição da nova mesa diretora da casa. Na ocasião não participavam na plenária os vereadores da ARENA, que boicotaram a dita eleição. Os motivos do boicote não puderam ser esclarecidos com as fontes consultadas. Mas a eleição da mesa diretora fez-se apenas com os emedebistas presentes. Seguiu-se então com uma mesa diretora totalmente composta pelos correligionários do Sr. Ary. Mas podemos ponderar tal conjuntura favorável.

⁴ Por sua atuação oposicionista ele será cassado, perdendo seus direitos políticos por dez anos, como vemos através do “Decreto de 07 de fevereiro de 1969 (...) O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve: CASSAR: Os mandatos eletivos e suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos, dos seguintes cidadãos: Edésio da Cruz Nunes – Deputado Federal – RJ.” Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1960-1969/decreto-36394-7-fevereiro-1969-547273-publicacaooriginal-61977-pe.html>.

⁵ ELEITO o gabinete executivo municipal do MDB. **Correio da Lavoura**, 08 de maio de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p. 2.

Ary Schiavo governou o município de 31 de janeiro, data de sua posse, até agosto, quando se licenciou para representar o município em atividades de chefe político fora do território nacional. Neste período, tomou algumas medidas, como equiparar os salários dos servidores com o salário-mínimo vigente, isentou de multa sobre impostos municipais atrasados, tomou parte na discussão sobre o cumprimento da semana inglesa no comércio local⁶, buscou dar solução ao abastecimento de água no centro e na localidade de Mesquita, fez aprovar na CMNI novo código tributário municipal e encampou a construção, reforma e ampliação de alguns grupos escolares na cidade.

Mas duas ações são merecedoras de nosso destaque: Ary Schiavo não acatou ao pedido de aumento das passagens dos ônibus da cidade e atacou o problema de infraestrutura com uma série de obras emergenciais em decorrência dos estragos causados por tempestades no município.

Em outro contexto, podem parecer atividades administrativas rotineiras, vulgares, mas estas duas últimas ações acabaram por ser associadas em uma sequência de acontecimentos que culminariam na cassação do mandato do prefeito.

Uma crise entre vereadores e prefeito se iniciou quando Ary Schiavo encaminhava proposta de crédito extraordinário após catástrofes decorrentes de temporais em fins de fevereiro de 1967, o que se apreciou na casa já em meados de abril. Na mesma época, seguiram pedidos de majoração das passagens municipais de ônibus, encaminhados por três vereadores emedebistas ao prefeito. Com a negativa de Ary à solicitação dos vereadores veio a retaliação, que se deu na forma de não aprovação do pedido de crédito extraordinário. Os três vereadores do MDB votaram com os arenistas, derrotando o pleito do prefeito por 10 votos a 9⁷.

Daí por diante a prefeitura passaria a ter minoria, e a governabilidade que se acreditou garantida na eleição se fazia perdida definitivamente até o ato de cassação.

Afastado oficialmente do cargo em viagem à Alemanha Ocidental, Ary seria processado pela CMNI para depois ser definitivamente cassado após denúncias de irregularidades da sua gestão. O processo de cassação é demasiado complexo, mas seu

⁶ DECIDIDO: Comércio não mais funcionará aos domingos... Correio da Lavoura, 05 de março de 1967. Nova Iguaçu – RJ, 1967, p. 1.

⁷ Hécio Chambarelli, Nagi Almawy e Luiz Carlos Freitas foram os vereadores emedebistas que votaram com ARENA.

resultado pôs à frente do executivo municipal, pela segunda vez nestes anos, o vice-prefeito eleito.

Antônio Joaquim Machado então assume o mandato para cumpri-lo também parcialmente. Em 1968 passa a sofrer acusações de ordem administrativa tal qual seu antecessor. Na expectativa de manter-se no posto, muda-se do MDB para a ARENA, mas, ainda assim, será cassado, cedendo espaço para o presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Na ocasião com 28 anos de idade, o jovem descendente de libanês Nagi Almawi, um dos vereadores do MDB que apresentaram a proposta de alteração nos preços das passagens ainda no governo Schiavo, ascendia ao posto de chefe do executivo municipal a partir da presidência do legislativo. Permaneceu no posto por pouco menos que cinco meses.

Ele foi o prefeito municipal de Nova Iguaçu no momento do Ato Institucional nº 05, quando a exemplo do restante da nação a cidade sofreria com o fechamento da casa legislativa e forte repressão e censura aos direitos civis.

Ainda com o legislativo municipal interditado, Nagi Almawi transmitiria o posto de prefeito para o segundo interventor federal, o professor João Ruy de Queiroz Pinheiro, que assumiria como nono prefeito iguaçuano desde os idos de abril de 1964.

UM INTERVENTOR PREPARA A VITÓRIA DA ARENA

Desde 24 de fevereiro de 1969, Nova Iguaçu estará sob comando político exclusivo da ARENA, considerando o afastamento dos emedebistas do cargo executivo e o fechamento da Câmara Municipal, que se verificava enquanto reflexo do quinto ato institucional desde o golpe.

Pouco tempo após o início do mandato de Ary Schiavo, em 1967, havia rumores de que o emedebista teria um mandato estendido⁸ em decorrência de um decreto emitido por Costa e Silva no final de seu governo. Tal decreto tinha o objetivo de regular os calendários eleitorais e promover a coincidência dos mandatos das prefeituras municipais, o que havia sido perdido em decorrência das diversas cassações e intervenções ao longo destes primeiros anos do regime. A confusão se

⁸ NOTÍCIAS 67. Correio da Lavoura, 19 de março de 1967. Nova Iguaçu – RJ, 1967, p. 7.

dava por conta de seu segundo artigo, que dizia: “A coincidência geral das eleições municipais, na forma prevista na Constituição a entrar em Vigor, operar-se-á a 15 de novembro de 1972⁹”.

Esta notícia com certeza causava alvoroço político, pois abortava projetos de poder não somente de arenistas que almejavam a prefeitura no próximo pleito como de personalidades do MDB que já eram dados como candidato, como é o caso de Darcílio Aires Raunheitti¹⁰.

A crise estabelecida entre a câmara e o prefeito também é posterior a esta constatação da dilatação do mandato de Ary. No entanto, outros elementos ainda compõem este cenário político complicado. Segundo o relato oral de Nagi Almawi, vereador naquela ocasião, houve uma reunião com todos os vereadores numa casa no centro da cidade. Neste encontro, que durou mais de doze horas, estariam presentes autoridades militares a quem ele não nomeia. Em sua narrativa, expõe que na ocasião havia uma preocupação com a integridade física dos políticos ali presentes e que o teor da reunião seria a cassação do prefeito. Quanto aos responsáveis pela convocação de tal encontro e o envolvimento de políticos iguaçuanos com os militares o entrevistado, é reticente, e se negou a aprofundar nestes aspectos. Após este encontro, Ary seria cassado por unanimidade dos vereadores presentes na seção extraordinária da CMNI.

Importante neste momento ressaltar que após a segunda interventoria na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu a ARENA passaria a vencer todas as disputas eleitorais até o fim do bipartidarismo.

João Ruy de Queiroz Pinheiro, conhecido por *Doutor* ou *Professor* Ruy de Queiroz, será um personagem interessante na transferência do poder político das mãos dos emedebistas para uma hegemonia arenista na cidade. Oriundo de Nilópolis, ele era filho da proprietária do Colégio Anacleto Queiroz, também em Nilópolis¹¹.

⁹ BRASIL, Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-37-14-marco-1967-364745-norma-pe.html>.

¹⁰ DARCÍLIO é lançado a prefeito. Correio da Lavoura, 26 de fevereiro de 1967. Nova Iguaçu – RJ, 1967, p. 2.

¹¹ Segundo afirmações em conversas informais com pessoas ligadas à política iguaçuana da época, a mãe de Ruy de Queiroz, proprietária do Colégio Anacleto de Queiroz, seria “a única mulher para quem os militares prestavam continência naqueles tempos”.

Segundo consta de uma biografia de Ruy de Queiroz ao tratar de sua mãe, Stella de Queiroz Pinheiro, foi:

educadora e política, com participação ativa na história da baixada fluminense, foi vereadora, única mulher na América Latina a comandar um Tiro de Guerra EIM 400 (formou 900 soldados), fundadora da Cruz Vermelha e dos Hospitais de Nilópolis e Nova Iguaçu¹².

Neste período, Nilópolis passava por um momento no qual começava a se constituir a aliança entre as famílias de libaneses Abraão e David em torno de um projeto de poder associando a política, a contravenção e a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, constituindo a tríade do poder entorno da Família Beija-Flor (BEZERRA, 2010). Seria ainda cunhado do capitão e comandante da Primeira Companhia de Polícia do Exército do Brasil na Vila Militar José Ribamar Zamith¹³.

Sendo nilopolitano, João Ruy de Queiroz passa a constituir um elo entre os interesses políticos e locais e a ação da repressão militar na Baixada Fluminense.

Então, você tem em Nilópolis aquele núcleo que girava entorno do Simão Sessim, do Anísio. [...] o Jorge David, o Ruy de Queiroz... A família do Ruy de Queiroz sempre foi envolvida com isso, tanto que ele foi interventor em Nova Iguaçu. Eles eram muito ligados com o pessoal dos órgãos de repressão, ao DOPS, ao Serviço Nacional de Informação do Exército ali da Vila Militar. Essa gente toda era ligada. [...] Eles eram dedos-duros. A gente chama de dedos-duros, eles eram pessoas que começavam a apontar e fazer cartório de quem era comunista e quem não era...¹⁴.

Com Ruy de Queiroz, Nova Iguaçu ingressa, nos anos 1970, sob o poder da ARENA. Interessante notar que após sua intervenção, que durou pouco menos de um

¹² Disponível em: <http://marcosmanso.com.br/blog/?p=67>. Acessado em 12/09/2013.

¹³ Sobre o Capitão Zamith, transcrevemos o seguinte relato: “A criação dessa companhia [Batalhão de Caçadores - hoje 59º Bimtz] coincidiu com a chegada em Maceió do capitão Zamith (José Ribamar Zamith), comandante da PE (Polícia do Exército) no Rio de Janeiro e responsável pela invasão do Calabouço, o restaurante da União Nacional dos Estudantes (UNE) destruído à bala pela repressão. O capitão Zamith figura no livro “Tortura Nunca Mais”, editado pela Arquidiocese de São Paulo; em 1970 ele desembarcou em Maceió para servir como chefe do S-2; era mais temido no quartel do que o comandante, tenente-coronel José de Barros Paes, por coincidência, alagoano. O capitão Zamith foi um dos entusiastas da criação da Companhia Anti-Guerrilha, mas não foi comandá-la; a missão coube ao capitão Uchoa, que também era carioca, da linha dura e, igual a Zamith, magro e tabagista.” Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vEditoria=Reportagens+Especiais&vCod=2680>.

¹⁴ MACHADO, compositor. Entrevista cedida em 15/01/07 (nome fictício). Apud BEZERRA, Luiz Anselmo. Família Beija-Flor. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói/RJ. 2010. p. 25.

ano, a cidade de Nova Iguaçu teria três eleições até a queda do bipartidarismo. Na primeira o médico e ex-vereador Bolivard Gomes de Assumpção venceria para cumprir um mandato de apenas dois anos, com finalidade de regular o calendário eleitoral municipal com os demais¹⁵.

Na sequência, a prefeitura receberia os dois interventores federais como prefeitos eleitos pela legenda da ARENA. Joaquim de Freitas retorna à prefeitura, agora eleito, em janeiro de 1973. E o próprio Ruy de Queiroz será também eleito em 1976, tomando posse em janeiro do ano seguinte.

Além destes, João Batista Barreto Lubanco, um advogado iguaçuano que havia sido interventor estadual em São João de Meriti, também na Baixada Fluminense, será o vice de Joaquim de Freitas. Quando Freitas se afasta do cargo de prefeito para não ser também cassado por má administração, Lubanco, vice-prefeito eleito pela ARENA, assumirá a prefeitura para concluir o rol dos 11 prefeitos em 1975, o décimo primeiro desde a cassação de Aloízio Pinto de Barros, em 1963.

A vitória da ARENA é uma vitória da revolução, pois excetuando os dois anos de mandato tampão de Bolivard Gomes de Assumpção, que possuía atuação político-partidária antes de 1964, os anos 1970 serão aqueles nos quais a cidade terá como governantes três personagens sem atuação política no período anterior à implantação do regime autoritário, mas que, após ingressarem no poder em postos de interventor, seriam novamente conduzidos ao cargo de chefe do executivo através do voto.

Ou seja, nos anos 1970 Nova Iguaçu será governada por três prefeitos que passaram a perfilar no campo político ao lado do governo, elegendo-se após atuarem como interventores na cidade (é o caso de Joaquim de Freitas e Ruy de Queiroz) ou em um município vizinho (situação de Lubanco, ex-interventor em São João do Meriti).

Os projetos políticos para o executivo e legislativo iguaçuano tiveram que adequar-se a esta realidade que, se na segunda metade dos anos 1960 ainda eram favoráveis à oposição ao regime que revestia-se de aspectos formalmente democráticos, nos anos 1970 viram-se totalmente submetidos a este projeto governista e arenista.

¹⁵ BRASIL, Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-37-14-marco-1967-364745-norma-pe.html>.

Um misto de interesses políticos locais com os interesses mais gerais do regime, reforçadas pelas medidas extremamente rígidas contidas no aparato legal de exceção como o AI-5, acabaram por transformar a vida política na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regime de exceção imposto pelos presidentes militares, como pudemos observar, não suprimiram a política em sua prática cotidiana. Tampouco se retiraram do campo político personagens que visavam opor-se ao regime imposto, esvaziando-o e tornando-o espaço para meros apoiadores do golpe de 1964. Ao contrário, novos e velhos elementos da política local buscaram assentar seus interesses, pessoais e coletivos, ao processo que se deu a partir de 1964, buscando ajustar-se a cada nova transformação imposta de cima.

A política local foi a arena para que disputas políticas anteriores ao golpe tivessem continuidade, sem que com isto deixassem de sofrer as influências das alterações apresentadas pelo novo regime, como foi o caso do bipartidarismo, que levou a arranjos locais bastante delicados.

Fazem-se ainda necessários maiores investigações em torno do tema, tanto no caso particular da cidade de Nova Iguaçu como sobre outras cidades fluminenses, para compreender a dinâmica da política municipal nas diversas cidades do antigo Estado do Rio de Janeiro. No entanto podemos inferir, a partir dos dados apresentados, que a vida política nos municípios foi dinâmica e complexa, deixando aberta uma grande quantidade de pesquisas ainda a serem realizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH Clio, 2003.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. [3ª ed.] Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BARRETO, Alessandra Siqueira. *Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional UFRJ/MN, Rio de Janeiro, 2006.

BATISTA, Alofs Daniel. *Onze prefeitos em onze anos: O campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – UNIRIO/PPGH Rio de Janeiro/RJ. 2014.

_____. Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar. In.: GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense*. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia In: AZEVEDO, Cecília *et al.* (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, pp. 29-46.

BEZERRA, Luiz Anselmo. *Família Beija-Flor*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói/RJ. 2010.

BOURDIEU, Pierre, O Campo Político In *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília: Jan/Jun; 2011, pp. 193-216.

_____. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 16ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp.107-132.

BRASIL NUNCA MAIS. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.

CARVALHO, Alessandra. *Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB*. Tese (doutorado em sociologia), PPGSA/IFCS/UFRJ. RJ, 2008.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos, ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *1968: 40 anos depois: História e Memória*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009.

FICO, Carlos. *Algumas notas sobre Historiografia e História da Ditadura Militar*. Estudos de História, vol. 8, nº 1, pp. 69-90, 2001.

_____. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, pp. 227-250.

MOTTA, Marly Silva da. Que será do Rio? In: *Tempo*, v. 4, 1997, pp. 146-174.

_____. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos In: *UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.19-56.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, pp. 200-212. CPDOC/FGV. 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, pp. 3-15. CPDOC/FGV 1989.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. (trad.) Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

Recebido em 08 de dezembro de 2015.

Aceito em 22 de dezembro de 2015.